

Uma Contribuição ao Conhecimento da História de Criação das Unidades de Conservação do Amapá – Amazônia Brasileira

The History of the Establishment of the Amapá Conservation Units in the Brazilian Amazon: A Contribution

Marco Antonio Chagas*
Benedito Vítor Rabelo**

**Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA (UFPA), Professor do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil.
marco.chagas@uol.com.br*

***Pesquisador do Centro de Ordenamento Territorial do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil.
beneditovr1@hotmail.com*

doi:10.18472/SustDeb.v6n2.2015.15009

Recebido em 23.04.2015
Aceito em 10.07.2015

ARTIGO – VARIA

RESUMO

O Amapá apresenta 70% de seu território, cerca de 10 milhões de hectares, ocupado por diferentes tipologias de áreas protegidas, com destaque para as unidades de conservação. O estado também é rico em recursos minerais e isso tem potencializado conflitos com a conservação da natureza diante de uma gestão ambiental frágil. A história de criação dessas unidades é desconhecida pela ausência de registros, muitos dos quais foram apagados pelo tempo. Este artigo é um resgate de parte dessa história, escrito a partir de pesquisa documental e de entrevistas com técnicos de instituições públicas, federal e estadual, que protagonizaram a criação das unidades de conservação do Amapá. Essas unidades foram criadas entre os anos de 1980 e 2002, com contribuições dos estudos do Projeto Radam e indicação de mapeamentos de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia. Esforços institucionais para implantação das unidades de conservação do Amapá são observados, mas a ausência de políticas públicas integradas deslocam as unidades para um segundo plano entre as estratégias de desenvolvimento regional ou mesmo para percepções de obstáculo ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Terras Indígenas. Amapá.

ABSTRACT

Around 10 million hectares from the state of Amapá (70% of the state's territory) is occupied by different typologies of protected areas, with emphasis on conservation units. Due to its mineral richness, Amapá faces increased conflicts on environmental conservation, considering its fragile structure of environmental management. The history of the creation of these units is unclear due to the absence of historical records, many of which have been lost. This article aims at rescuing a part of this history. It was based on documental research and on interviews with technicians from public institutions, both at the federal and local spheres. Interviewed technicians were key actors in the creation process of the conservation units in Amapá. These units were created between 1980 and 2002, by using technical studies run by the RADAM project and the mapping of priority areas for biodiversity conservation in Amazon. Institutional efforts for the implementation of Amapá's conservation units can be observed. However, the lack of integrated public policies places the units in a secondary level among the strategies of regional development or even to perceptions of obstacles to development.

Keywords: Conservation Units. Indigenous Lands. Amapá.

1. INTRODUÇÃO

O Amapá é um estado amazônico isolado, de natureza preservada e paisagens que lembram descrições bíblicas dos primórdios da criação da terra relatadas em Gênesis 1, com filiação à ecologia profunda de Arne Naess.

A condição natural do Amapá tem forte influência dos fenômenos locais da foz do Rio Amazonas e do Oceano Atlântico. Tais fenômenos resultam em uma faixa costeira que abriga um conjunto singular de paisagens naturais que incluem expressões fitofisionômicas que passam pelos manguezais e campos inundáveis. Em sua porção mais interior, o cerrado ocorre em forma de uma faixa longitudinal de transição para a floresta densa, que regionalmente constitui o Platô das Guianas, um dos maiores maciços florestais contínuos do planeta.

Referida singularidade natural e o isolamento geográfico motivaram ações públicas que transformaram a região numa das mais protegidas do planeta, encenando uma história inacabada de conservação da natureza com atuação de personagens que o tempo muitas vezes apaga ou se faz esquecer.

No campo das contribuições mais importantes, a história da conservação da natureza no Amapá muito se deve à participação de técnicos dos extintos Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (Sema/PR); do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não Renováveis (Ibama); e da antiga Diretoria de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura do Amapá (DRN/SEAG). Esta última constitui o embrião da atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (Sema/AP).

As informações produzidas sobre o Amapá pelo Projeto Radam, na década de 1970, deram origem à criação de Parques, Reservas, Estações Ecológicas e Florestas Nacionais que no percurso ainda contou com complementações de estudos de técnicos que protagonizaram as primeiras iniciativas voltadas para a conservação da natureza no Amapá. A partir daí, instituições se firmaram e outras categorias de áreas protegidas foram criadas, resultando num indicador de 70% do espaço amapaense transformado em unidades de conservação e terras indígenas, algo em torno de 10 milhões de hectares.

Este artigo é uma contribuição ao conhecimento da história da conservação da natureza no Amapá, com ênfase no processo de criação das unidades de conservação. No seu desenvolvimento estão presentes registros da relação exploração/conservação, caracterizações naturais e narrativas colhidas a partir da cognição dos principais personagens que protagonizaram a história da conservação da natureza no Amapá.

2. MÉTODOS

A principal fonte de dados foram entrevistas realizadas com técnicos que atuaram direta ou indiretamente no extinto IBDF/Delegacia do Amapá, entre eles: o engenheiro-agrônomo Laércio Aires dos Santos, os engenheiros florestais Rubens da Rocha Portal e Alcione Carvalho Cavalcante, e o biólogo Antônio Carlos da Silva Farias. Estes dois últimos com atuação nos órgãos ambientais do governo do Amapá. As entrevistas foram abertas, explorando o histórico de criação das unidades de conservação do Amapá.

Foram disponibilizados pelos entrevistados documentos não publicados sobre fatos relacionados à atuação das instituições e ao processo de criação das unidades de conservação, os quais foram complementados com pesquisa bibliográfica sobre o tema.

3. AMAPÁ: NATUREZA E RECURSOS NATURAIS

Os fenômenos naturais que atuam sobre a região do Amapá impressionam pela intensidade e variação de escalas, refletindo a dinâmica do encontro dos sistemas estuarino (Rio Amazonas) e marinho (Oceano Atlântico). Os sedimentos e a baixa salinidade moldam ambientes costeiros altamente especializados, incluindo florestas de mangues, campos inundáveis e outras variações geofitofisionômicas.

A planície costeira do Amapá, após uma faixa de transição de cerrado, dá lugar à exuberante floresta densa de terra firme, demarcando o limite setentrional da Bacia Amazônica. A floresta amapaense ocupa uma região de platôs e serras de difícil acesso, pouca ocupação humana, rica biodiversidade e com digitais geológicos sintomáticos das grandes regiões mineradoras do planeta (terrenos *greenstone belts*).

O Amapá sempre foi percebido como um estado de alta prioridade para a proteção da biodiversidade pelas políticas ambientais, mas que também detém recursos minerais considerados economicamente importantes e tradicionalmente propalados como ameaças em potencial para a condição natural. Tal realidade expõe a fragilidade da gestão ambiental pública quanto à capacidade de administrar os impactos pelo uso dos recursos naturais e de contribuir para o desenvolvimento.

3.1. A MINERAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM TERRAS INDÍGENAS

A descoberta de minério de manganês na região de Serra do Navio nos idos dos anos de 1950 colocou o Amapá no mapa político do País. A empresa nacional Indústria e Comércio de Minérios (Icomi) associou-se ao capital externo para viabilizar a exploração do manganês, trazendo junto a modernidade *made in USA*. Uma *company-town* foi planejada e construída em pleno domínio da floresta amazônica para abrigar cerca de 3.000 trabalhadores e possibilitar condições para a exploração e o escoamento de 52 milhões de toneladas de minério de manganês, entre os anos de 1957 a 1997 (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

Na região minerada, o manejo dos recursos hídricos da bacia do Rio Amapari para controle da malária e demais endemias tropicais, além de outras medidas preventivas, como a implantação de um anel de proteção de 200 metros entre a vila de moradores e a floresta, levou à redução a praticamente zero dos casos de malária em Serra do Navio (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). Como resultado dos investimentos em saúde, notáveis indicadores de qualidade de vida foram alcançados na região, a ponto de reduzir a mortalidade infantil aos níveis mais baixos do planeta (Quadro 1).

Quadro 1 – Mortalidade infantil na *company-town* mantida pela Icomi – Serra do Navio, Amapá (1960-1962)

Região	Coefficiente por 1.000
Serra do Navio	3,4
União Soviética	7,1
São Paulo (município)	8,3
Estados Unidos	9,3
Suécia	9,8
Chile	11,9
Brasil (capitais estaduais)	12,9

Fonte: Lacombe (2006: p. 118).

O sistema de tratamento de água e esgoto e boa parte da infraestrutura construída na *company-town*, há 50 anos, ainda hoje são utilizados pela Prefeitura Municipal de Serra do Navio, tornando-se atraente objeto de pesquisa quanto à verificação dos efeitos positivos e negativos decorrentes da transferência do patrimônio privado da mineração para a gestão pública.

As reservas de manganês de Serra do Navio também indicaram que o Amapá abriga em seu subsolo outras riquezas minerais e que novas descobertas são resultados de investimentos em pesquisas e de condições do mercado. O potencial mineral do Amapá está comprovado e o desafio é encontrar formas sustentáveis de exploração, incluindo o paradigma do desenvolvimento proporcionado pelos benefícios equânimes da modernidade industrial da mineração.

A mineração impulsionou preventivamente a delimitação de territórios indígenas no Amapá. O avanço do detalhamento do arcabouço geológico e a melhor aferição do potencial mineral do estado, nos anos 1970/80, aceleraram ações voltadas para a preservação que, de alguma forma, fortaleceu o antagonismo entre a mineração e as áreas protegidas.

Essa é uma condição inerente ao espaço amapaense, onde estudos antropológicos e arqueológicos evidenciam que grupos indígenas ocuparam e se deslocaram por grande parte da região:

Os registros históricos sobre o avanço das frentes de colonização na região a partir do século XVII permitem-nos comprovar que esta localização atual é resultante de um longo processo histórico de refúgio das populações indígenas, cujos movimentos ao longo do período colonial deslocaram inúmeros grupos a partir do litoral e do delta do Amazonas em direção ao interior do Amapá e do norte do Pará (GALLOIS e GRUPIONI, 2003).

Os grupos indígenas existentes no Amapá representam verdadeiras manifestações de processos adaptativos e de uso sustentável de recursos naturais, que norteiam os princípios de conservação da natureza. A demarcação e homologação de territórios indígenas situam-se como importantes mecanismos para assegurar a posse dos territórios pelos grupos indígenas, tal qual é previsto pela Constituição Brasileira.

A criação do Parque Indígena do Tumucumaque em 1968, na região leste do Pará e oeste do Amapá, além de garantir o domínio de um expressivo território para os povos indígenas, institucionalizou esse espaço sob o regime de parque. A categoria Parque Indígena tornou-se a faculdade que o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19/12/73) atribuiu à União de estabelecer em qualquer parte do território nacional áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios (FRIKEL, 1971, p.16; VELTHEM, 1980).

No estado do Amapá existem quatro terras indígenas demarcadas e homologadas. O Parque Indígena do Tumucumaque detém pequena faixa de terras no oeste do Amapá e integra um mosaico de sete (7) terras indígenas que abrangem áreas do Amapá e do leste do Pará (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – Terras Indígenas no Amapá

Terra Indígena no Amapá	Municípios	Superfície (ha)	Povos
Uaçá	Oiapoque	470.164	Galibi-Marworno Karipuna Palikur
Juminã	Oiapoque	41.601	Galibi-Marworno Karipuna
Galibi do Oiapoque	Oiapoque	6.889	Galibi do Oiapoque Karipuna
Wajãpi	Pedra Branca do Amapari Laranjal do Jari	607.017	Wajãpi

Fonte: Gallois e Grupioni (2003).

Quadro 3 – Terras Indígenas no Pará

Terra Indígena no Pará	Municípios	Superfície (ha)	Povos
Parque Indígena do Tumucumaque	Oriximiná Óbidos Almeirim Alenquer Monte Alegre Laranjal do Jari	3.071.067	Aparai Katxuyana Tiriyó Wajãpi Wayana
Rio Paru d'Este	Almeirim Alenquer Monte Alegre	1.195.785	Aparai Wajãpi Wayana
Zo'é	Oriximiná Óbidos Alenquer	664.465	Zo'é

Em relação à porção norte do Amapá, o documento do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque (PGTA) relata que:

(...) apesar de se tratar de uma região relativamente bem protegida, fazendo parte provavelmente do maior mosaico existente de áreas protegidas, os povos indígenas do Oiapoque enfrentam uma série de desafios. Questões como a invasão de garimpeiros e pescadores, o asfaltamento da estrada que corta a Terra Indígena Uaçá, a sobreposição com o PARNA do Cabo Orange e a construção de uma ponte ligando o Brasil à Guiana Francesa são apenas alguns dos desafios a serem enfrentados. E tudo isso potencializado pelos problemas inerentes ao fato de estarem situados em faixa de fronteira (MAZUREK, 2013).

Na porção oeste do Amapá, a Terra Indígena Wajãpi também enfrentou problemas com a projeção da Perimetral Norte (BR-210) sobre o território indígena. Atualmente, integra um conjunto de áreas protegidas, constituindo o Mosaico Oeste do Amapá e Norte do Pará, o primeiro reconhecido a incluir terras indígenas e unidades de conservação (Portaria MMA No 4, de 03/01/2013). A extensão total do mosaico é de 12.310.175 hectares e abrange 11 municípios no Amapá e cinco no norte do Pará (GALLOIS, 2011).

As terras indígenas do Amapá são todas demarcadas e homologadas, mas sempre se defrontaram com algum tipo de ameaça. Além dos projetos de mineração, a construção de estradas, como foi o caso da Perimetral Norte no passado e continua no presente com a pavimentação da BR-156, ambas se apresentam como agentes potenciais de impactos e conflitos.

Entretanto, registra-se que a inclusão dos territórios indígenas em um sistema nacional com objetivo de conservação socioambiental foi objeto de grandes polêmicas por ocasião do estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), resultando na exclusão da lista de categorias propostas para o ordenamento do sistema (SANTILLI, 2005, p. 162).

3.2. A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAPÁ

As unidades de conservação, internacionalmente denominadas áreas protegidas, são conceituadas pela *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* como “um espaço geográfico delimitado e gerenciado por meios legais e outras alternativas eficientes, com objetivo de contribuir, a longo prazo, para a conservação da natureza, dos serviços dos ecossistemas e dos valores culturais associados” (IUCN, 2008).

No Brasil, a criação de unidades de conservação não seguiu critérios técnicos, muito menos a ideia de um sistema utilizando diferentes nomenclaturas e procedimentos relacionados a oportunidades institucionais e existência de paisagens e atrativos naturais e estéticos. A instituição de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no ano 2000 (Lei 9.985), estabeleceu critérios para criação, implantação e gestão, além do ordenamento de categorias em dois grupos: um de proteção integral e outro de uso sustentável (ARAÚJO, 2007, p. 90-91).

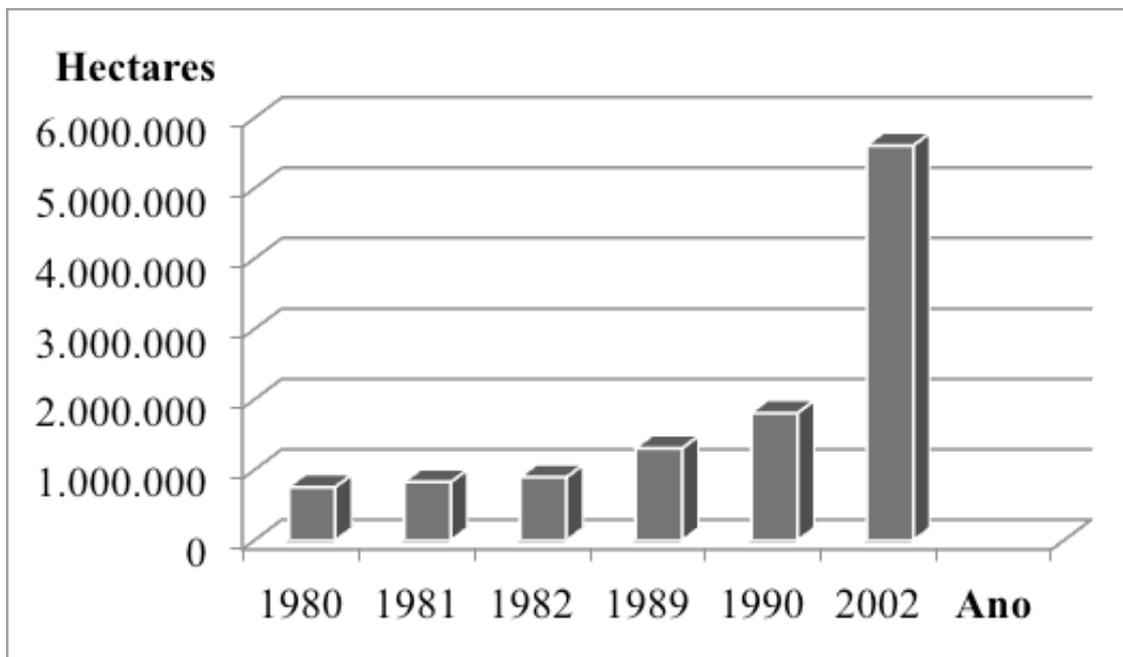
Na Amazônia brasileira, as unidades de conservação abrangem 46% da região, com destaque para a expressiva representação geográfica dos estados amazônicos, notadamente Amapá, Amazonas e Pará. Entretanto, as unidades de conservação passam a margem do planejamento estatal quando o assunto é desenvolvimento regional, sendo apenas exploradas como *slogan* de promoção de imagem política de governos sob o apelo do desenvolvimento sustentável.

No Amapá, a criação de unidades de conservação remonta as décadas de 1970/80 como resultado de ações institucionais dos governos federal e estadual com foco na preservação da natureza, resultando em significativa representatividade espacial e ecossistêmica de ambientes costeiros e interiores.

De fato, as primeiras intervenções voltadas para a criação de unidades de conservação no Amapá deveram-se ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967, e à Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), criada em 1973, ambos fornecedores de parte do “DNA” para a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não Renováveis (Ibama), criado em 1989, e, posteriormente, para a formação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007.

A atuação dos órgãos federais de meio ambiente, no período de 1980 a 2002, resultou na transformação de 6 milhões de hectares em Unidades de Conservação, equivalentes a cerca de 40% da área total do estado (Figura 1).

Figura 1 – Evolução da quantidade de áreas federais destinadas à conservação da natureza no Amapá (1980-2002)



Fonte: Adaptado de Drummond, Dias e Brito (2008).

A visão expansionista em estabelecer espaços de “preservação” no Brasil, sobretudo na Amazônia, antecipou a construção do conceito de “conservação” e pode ser comprovado nas palavras de Paulo Nogueira Neto, biólogo que criou e secretariou a Sema, desde sua criação em 1973 até 1985 “(...) todos concordam que realmente o importante era preservar o maior número possível de áreas naturais, e que pouco importaria se essas áreas preservadas estivessem na Sema ou no IBDF, ou nas Universidades ou onde quer que estivessem” (NOGUEIRA NETO, 1980).

Entretanto, não se pode afirmar que as áreas protegidas criadas no Amapá são resultados unicamente de políticas impositivas e expansionistas do governo federal sob a égide visionária de salvar a natureza selvagem. Existem outros fatos que dão sustentação à criação de unidades de conservação associados a processos de ordenamento territorial. A começar pelo resgate do Projeto Radam, que assim concluiu os levantamentos dos recursos naturais da região do Amapá realizados na década de 1970:

Considerando o aproveitamento das áreas avaliadas e a constatação de que algumas, por má utilização, podem ser modificadas no seu equilíbrio ecológico ou diminuídas na sua capacidade

natural e ainda outras que, por condições particulares, mereçam regime especial de proteção, foram definidos três tipos de área de PROTEÇÃO AO ECOSISTEMA: por condições ecológicas, uma Floresta Nacional (Floresta Nacional do Amapá) e um Parque Nacional (Parque Nacional do Cabo Orange); e para preservação da flora e da fauna, uma Reserva Biológica (Reserva Biológica do Lago Piratuba) (BRASIL, DNPM, PROJETO RADAM, 1974, p. V/28).

O relatório final do Projeto Radam trouxe um anexo com justificativas, limites e mapas de unidades de conservação propostas para criação no Amapá. Esse relatório serviu de base para que um grupo de técnicos ligados à então delegacia do IBDF no Amapá, tendo a participação do agrônomo Laércio Aires dos Santos e dos engenheiros florestais Rubens da Rocha Portal e Alcione Carvalho Cavalcante, no final da década de 1970, elaborassem uma exposição de motivos que justificava a criação das primeiras áreas protegidas do Amapá. O referido documento foi enviado pelo então governador do Amapá, Annibal Barcellos (1979-1985), ao presidente do IBDF, agrônomo Joaquim Falco Uriarte Netto.

Como referência para criação das primeiras unidades de conservação do Amapá também devem ser reconhecidas as importantes contribuições dos estudos de Magnanini (1952) e os esforços institucionais de Maria Tereza Jorge Pádua e Paulo Nogueira Neto. Magnanini e Pádua atuaram na diretoria de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF na década de 1970, sendo entusiastas do modelo *Yellowstone Park*. O nome de Paulo Nogueira Neto, pioneiro da construção da política ambiental do Brasil, está associado à criação das Estações Ecológicas.

A seguir, serão apresentadas as categorias de unidades de conservação existentes no Amapá, com relatos da história ambiental e de fatos que envolveram o processo de criação, organizados em sequência cronológica, antes e pós-década de 1980.

3.2.1. Parques, Reservas e Estações Ecológicas

Parque e Reservas constituem o embrião da história da conservação mundial. No Brasil são categorias de proteção integral previstas no Snuc (Lei 9.985/2000), mas com histórico de tentativas de criação que remonta o período imperial. O Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793) e de 1965 (Lei 4.771) deram tratamento especial aos parques e a Lei de Proteção à Fauna de 1967 (Lei 5.197) às reservas biológicas (ARAÚJO, 2007). A categoria Estação Ecológica surge posteriormente como iniciativa da Sema/PR (MEDEIROS, 2006).

No Amapá, o IBDF começou a funcionar em 1976 como um posto de fiscalização subordinado ao estado do Pará. Em 1978, passou ao *status* de delegacia autônoma, com quadro funcional próprio, após celebração de convênio entre o IBDF e o Governo do Território Federal do Amapá, objetivando a gestão das florestas. O primeiro dirigente do IBDF no Amapá foi o agrônomo Laércio Aires dos Santos (SANTOS, 2015).

Como resultado da atuação do IBDF no Amapá, da Diretoria de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF, da Sema/PR, das indicações contidas no mapeamento realizado pelo Projeto Radam (1974) e do primeiro Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (1979), além do Regulamento Geral dos Parques Nacionais (1979), foram criadas as primeiras unidades de conservação do Amapá: Parque Nacional do Cabo Orange, Reserva Biológica do Lago Piratuba, Estação Ecológica das Ilhas Maracá-Jipiíoca e Estação Ecológica do Jari.

As três primeiras unidades contemplam ecossistemas costeiros, notadamente campos inundáveis e manguezais. A criação da Estação Ecológica das Ilhas Maracá-Jipiíoca contou com o empenho de Paulo Nogueira Neto, tendo designado o servidor William Elias para administrar a unidade.

A região do Piratuba, conhecida como região dos lagos do Amapá, tem a instituição de reserva com motivação na preservação do peixe-boi e da avifauna:

Nos lagos da região onde foi criada a REBIO do Lago Piratuba havia intensa caça do peixe-boi para retirada da gordura. As espécies que não apresentavam espessa camada de gordura eram sacrificadas e iam morrer num local conhecido como “Cemitério”, na região do Lago Novo. Toda a região costeira do norte do Amapá apresentava grande ocorrência de flamingos e guarás (PORTAL, 2014).

A área pertencente à Reserva Biológica do Lago Piratuba é uma das mais belas do Amapá. Isso de alguma forma impõe uma contraditória realidade institucional em manter uma unidade de proteção integral sem possibilidades de visitação, pelo menos enquanto a lei que trata das unidades de conservação não for modificada.

A Estação Ecológica do Jari, situada na região do Projeto Jari, entre o sul do Amapá e Pará, tem no pesquisador da Embrapa/Recursos Genéticos e Biotecnologia, Sérgio da Cruz Coutinho, importantes contribuições voltadas para o conhecimento da botânica da região (COUTINHO; PIRES, 1997).

A criação de unidade de conservação, na esfera de atuação do governo estadual, também remonta aos anos de 1980, quando o governo do então Território Federal do Amapá criou o Departamento de Recursos Naturais (DRN), no âmbito da estrutura da Secretaria de Agricultura. A criação do DRN foi articulada pelo engenheiro florestal Alcione Carvalho Cavalcante, que havia optado pela transferência do IBDF para o Governo do Território do Amapá. “O DRN foi inspirado no Departamento de Recursos Naturais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (DRN/Sudam), dirigido pela química Clara Pandolfo” (CAVALCANTE, 2014).

Na época, a Secretaria de Agricultura tinha à frente o engenheiro-agrônomo Walter dos Santos Sobrinho que, segundo Cavalcante (2014), deu total apoio para a criação do DRN, tendo continuidade nas gestões dos agrônomos Iraçu Colares e Genésio Cardoso do Nascimento. Formava-se, então, a primeira “irmandade ambiental” que teve papel decisivo na criação das primeiras unidades de conservação estaduais.

As ações iniciais do DRN convergiram para a proteção de uma área de várzea próxima à cidade de Macapá e outra para abrigar um projeto destinado à preservação da espécie tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), esta última contando com atuação direta do engenheiro florestal do IBDF/AP, Rubens da Rocha Portal. Foram então criadas duas unidades: a Reserva Biológica da Fazendinha e a Reserva Biológica do Parazinho. A Reserva Biológica da Fazendinha foi transformada em Área de Proteção Ambiental em 2004.

3.2.2. Florestas Nacionais

Florestas Nacionais são áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (BRASIL, 2000).

O Código Florestal de 1965 (Lei 4.771), nas suas competências de tratar das florestas em território brasileiro, já previa a criação de florestas públicas com objetivo de uso econômico. Na década de 1970, o Projeto Radam indicou a criação de uma Floresta Nacional no Amapá.

A Floresta Nacional do Amapá foi instituída em 1989, ano de criação do Ibama e, em 2000, passou a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) o que, para muitos, continua sendo bastante questionável pelas dúvidas quanto à instituição mais apropriada para gerir referida unidade (ICMBio ou Serviço Florestal Brasileiro?), levando em consideração os

princípios que deram origem a essa categoria de manejo e seus objetivos específicos voltados ao uso econômico dos recursos florestais.

O potencial madeireiro das florestas da gleba Falsino e a ocorrência de minérios foram utilizados como justificativas para a criação da Flona. “Os recursos florestais e minerais da Flona devem ser explorados em consonância com o previsto no plano de manejo e nos regulamentos complementares” (PORTAL, 2014).

A convergência de interesses institucionais, as indicações ecológicas do Projeto Radam e o simbolismo dos “Parques e Reservas”, associados ao empenho de técnicos que atuavam tanto no IBDF/AP quanto no DRN/Secretaria de Agricultura do Amapá, proporcionaram o ambiente favorável para a criação de unidades de conservação no Amapá na década de 1980 (Quadro 4).

Quadro 4 – Unidades de Conservação do Amapá – Década de 1980

Gestão	Categoria da Área Protegida	Superfície (ha)	Ano de Criação	Ecosistema
Federal	Parque Nacional do Cabo Orange	619.000	1980	Campos Inundáveis/Manguezais
	Reserva Biológica do Lago Piratuba	395.000	1980	Campos Inundáveis/Manguezais
	Estação Ecológica das Ilhas Maracá-Jipiôca	72.000	1981	Campos Inundáveis/Manguezais
	Estação Ecológica do Jari	227.126	1982	Floresta Densa
	Floresta Nacional do Amapá	412.000	1989	Floresta Densa
Estadual	Reserva Biológica da Fazendinha (Atual APA)	136	1984	Floresta de Várzea
	Reserva Biológica do Parazinho	111	1985	Campos Inundáveis/Manguezais

Fonte: Organizado pelo autor.

3.2.3. RESERVAS EXTRATIVISTAS

As Reservas Extrativistas surgiram no final dos anos 1980 como política pública em favor dos seringueiros da Amazônia, notadamente do Acre, como alternativa de reforma agrária em benefício das populações tradicionais.

É definida como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000). Segundo Portal (2014), “Resex é a única categoria de unidade de conservação legitimamente brasileira e seu processo de criação não se dá por imposição”.

Na década de 1990, foi criada, na região sul do Amapá, a Reserva Extrativista do Rio Cajari, abrangendo uma área de 501.771 hectares. O processo de criação da referida Resex contou com articulação política do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (IEA), liderado pela

antropóloga Mary Allegretti e do Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo à frente o líder extrativista Pedro Ramos de Souza. A proposta recebeu apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Amapá, dirigido na época pelo advogado Guairacá Nunes.

O mérito dos beneficiários com a criação da Resex do Rio Cajari, segundo Filocreão (2014, p. 147), foi desarticular o secular aviamento a que os castanheiros eram submetidos pelos atravessadores e construir relações econômicas de desenvolvimento sustentável local.

3.2.4. Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Desenvolvimento Sustentável

A institucionalização da política ambiental no âmbito estadual, materializada pela criação da Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente (Cema), em 1989, ocorreu como desdobramento do Programa Nossa Natureza (1988) e do ambiente político pré-ECO 92. Da estrutura desse órgão fazia parte um Departamento de Recursos Ambientais (DRA), cujas ações resultaram na criação de duas unidades de conservação estaduais do grupo de uso sustentável: a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru.

O processo de criação da APA tem histórico relacionado às primeiras intervenções do órgão ambiental do estado quando, em 1990, estabeleceu por decreto a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural do Curiaú (Ariec do Curiaú), abrangendo um polígono regular de 5.000 hectares envolvendo a bacia do Rio Curiaú.

Tal iniciativa tratou-se de uma estratégia do Governo do Amapá para compensar a comunidade local pelos impactos causados pela construção da estrada que corta o lago do Curiaú. A comunidade do Curiaú esteve representada no processo de negociação com o Governo do Amapá pelas lideranças Roldão Amâncio da Silva e Joaquim Araújo da Paixão. Complementa Farias (2014) que “uma das compensações acordadas com as representações locais foi a construção do Centro Comunitário do Curiaú”.

A transformação da Ariec para a categoria APA aconteceu em 1992, acompanhada de uma nova delimitação de área realizada em 1998, que passou a constar de 21.676 hectares. A APA do Rio Curiaú também fez parte de uma estratégia do órgão ambiental para antecipar a homologação da terra quilombola pelo governo federal e garantir o reconhecimento de uma área que abrangesse a bacia do Rio Curiaú e as comunidades do Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro, Casa Grande e Curralinho. Posteriormente, apenas uma área de 3.321 hectares foi reconhecida pela Fundação Palmares como de direito aos remanescentes da comunidade do Curiaú, conforme Título de Reconhecimento de Domínio/FCP/No 001/99.

Os trabalhos de criação da APA do Rio Curiaú tiveram a participação da equipe que integrava o DRA do órgão ambiental (Sema): o geólogo Marco Antônio Chagas, a geógrafa Daguiete Brito e o engenheiro-agrônomo Emanuel Soares Pereira de Souza. A comunidade do Curiaú foi representada por Joaquim Araújo da Paixão e José Araújo da Paixão, pai e filho com intensa militância política na Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú.

A intervenção do Estado no espaço físico do Curiaú, transformando a região em APA, é assunto polêmico e controverso, pois há que se reconhecer ganhos quanto ao controle ou desaceleração dos processos de invasões devido à proximidade urbana e também maior atenção política. Mas, possivelmente, também houve perdas pelas distâncias que separam o significado do Curiaú para o seu povo e para o poder público (TRINDADE, 1999).

A equipe do DRA/Sema também coordenou o projeto de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, em 1997, no sul do Amapá. A gleba da região do Iratapuru havia

passado por discriminatória de terras realizada pelo Governo do Amapá, sob a coordenação das advogadas Mércia Maria Sales de Andrade e Maria Benigna do Nascimento Jucá, ambas com atuação no órgão de gestão de terras do Amapá. Algumas partes dessa gleba apresentam solos favoráveis à agricultura e estavam sob ameaça de invasão motivada por grupos políticos.

A ideia da criação da RDS buscou garantir a posse e destinação de uma área de 864.000 hectares para a continuidade do extrativismo da castanha do Brasil que constituía a atividade primária das comunidades locais e que, de certo, aderiria-se à política do governo da época.

O projeto original abrangia a área ocupada pela comunidade do Iratapuru, na foz do rio de mesmo nome que, posteriormente, foi excluída com subtração de 60.000 hectares para não conflitar com os interesses do projeto de construção da hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. A empresa Jari alegava que tinha direitos sobre as terras onde estava assentada a comunidade do Iratapuru e o projeto de criação da unidade defendia a não exclusão da área, pois se tratava exatamente do espaço social que justificava a existência da RDS. A empresa Jari venceu.

A criação da RDS contou com a participação do líder comunitário conhecido como “Capeta” e a articulação política de Sebastião Araújo Castelo, o “Brás”. Sebastião Castelo liderou a Cooperativa de Castanheiros do Iratapuru nos anos 1990, época em que o Amapá se destacava no cenário nacional com uma proposta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, na primeira gestão do governador João Alberto Capiberibe.

3.2.5. Parque do Tumucumaque

Parques Nacionais estão entre as categorias de unidades de conservação mais conhecidas, principalmente pela projeção do Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos, para proteção e lazer da população (ARAÚJO, 2007, p. 28). No sistema brasileiro, os parques têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, sendo admitidas atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado no Amapá em 2002 e recebeu o status de *big park* por representar uma extensa área de 3.8 milhões de hectares e ser intensamente propalado como o “maior parque em área de floresta tropical do planeta”.

Apesar da retórica, é sempre pertinente o registro do uso político da criação do referido Parque pelo governo federal por ocasião da Conferência de Joanesburgo, a Rio+10, contando com articulação da organização não governamental *World Wide Fund for Nature* (WWF). O anúncio da criação do parque foi positivo para a aprovação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) (CHAGAS, 2008).

No âmbito do governo federal, registra-se o empenho do então secretário de Biodiversidade e Floresta (SBF), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), José Pedro de Oliveira Costa, que reconheceu que a proposta de criação de uma unidade de proteção integral no Amapá partiu do técnico do Ibama, Sérgio Brant Rocha, em atenção às recomendações do mapeamento de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Amazônia (CAPOBIANCO et al., 2001).

O Parque do Tumucumaque teve seu Plano de Manejo elaborado em 2009, com apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). O ICMBio vem trabalhando o Plano de Uso Público do parque com objetivo de identificar o potencial da região para uso turístico e a consequente abertura para visitação, mas enfrenta dificuldades pela falta de integração de políticas públicas em favor da abertura do parque para visitas públicas.



3.2.6. Floresta Estadual

A criação da Floresta Estadual do Amapá, em 2006, serviu como estratégia do governo da época para justificar a transferência das terras do domínio da União para o Estado. Sua criação, propriamente, contou com a participação do arquiteto Alberto Góes, então secretário de Governadoria do Amapá, e de técnicos do recém-criado Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF/AP), baseada num delineamento espacial de estoques florestais alinhados a vias de escoamento concebido pela equipe do Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá (ZEE-AP), sob a coordenação do biólogo Benedito Vítor Rabelo.

A transformação pura e simples das respectivas poligonais em área institucional acabou gerando conflitos de superposição de limites e domínios fundiários que necessitam de ações complementares para segurança técnica e jurídica da unidade.

A unidade é gerida pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF/AP), tendo elaborado seu Plano de Manejo em 2014 e dado início aos projetos de concessão florestal. Apresenta uma configuração espacial em forma de quatro módulos distribuídos por dez municípios do estado do Amapá. Os módulos estão próximos dos principais eixos de integração do estado, o que contribui para a viabilidade do escoamento da produção florestal.

Pós-década de 1980, a criação de unidades de conservação no Amapá se deu em diferentes contextos técnicos e políticos. Um melhor conhecimento sistematizado sobre a biodiversidade regional, a organização social das populações tradicionais e a convergência de políticas de governo, motivadas pela ECO 92 e por programas de cooperação internacional para a proteção das florestas tropicais, criaram ambiente favorável à criação de unidades de conservação (Quadro 5).

Quadro 5 – Unidades de Conservação do Amapá – Pós-década de 1980

Gestão	Categoria da Área Protegida	Superfície (ha)	Ano de Criação	Ecosistema
Federal	Reserva Extrativista do Rio Cajari	501.771	1990	Floresta Densa/Floresta de Várzea/Cerrado
	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	3.867.000	2002	Floresta Densa
Estadual	Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú	21.676	1998	Cerrado/Campos Inundáveis
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	806.184	1997	Floresta Densa

Fonte: Organizado pelo autor.

3.2.7. Reserva Particular do Patrimônio Natural

A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, sendo permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2000).

Existem no Amapá cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). A maior RPPN é denominada Seringal Triunfo, que tem parte da unidade na área de influência direta da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, tendo sido desafetada pela Lei 12.431/2011, artigo 49 (BRASIL, 2011).

A RPPN Revecom é a única que mantém programação aberta ao público, incluindo atividades de educação ambiental (Quadro 6).

Quadro 6 – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Amapá

Gestão	Superfície (ha)	Ano de Criação
RPPN Retiro Paraíso	46,75	1997
RPPN Seringal Triunfo	9.996,16	1998
RPPN Retiro Boa Esperança	43,02	1998
RPPN Revecom	17,18	1998
RPPN Aldeia Ekinox	10,87	2000

Fonte: Organizado pelo autor.

3.2.8. Unidades de Conservação Municipais

Duas unidades de conservação foram criadas por governos municipais no Amapá: a Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor-Brilho-de-Fogo e o Parque Natural Municipal do Cancão. A Resex Municipal Beija-Flor-Brilho-de-Fogo foi criada em 2007 pela Prefeitura de Pedra Branca do Amapari, com uma área de 68.524,20 hectares. O Parque Natural Municipal do Cancão também foi criado em 2007 pela Prefeitura de Serra do Navio, com 370 hectares (Quadro 7). Dos atos de criação dessas unidades de conservação também fizeram parte os interesses pelo recebimento de recursos de compensação ambiental advindos dos projetos de mineração instalados na região e submetidos a estudos de impacto ambiental.

Quadro 7 – Unidades de Conservação Municipais do Amapá

Gestão	Município	Superfície (ha)	Ano de Criação
Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor-Brilho-de-Fogo	Pedra Branca do Amapari	68.524,20	2007
Parque Natural Municipal do Cancão	Serra do Navio	370	2007

Fonte: Organizado pelo autor.

As primeiras unidades de conservação criadas no Amapá na década de 1980, pelo governo federal, se deram sobre forte percepção de natureza como espaço selvagem e ameaças ao equilíbrio ecológico, mesmo aquelas onde se admitem algum uso. Tal constatação ficou bastante evidente nas entrevistas realizadas, com citações de critérios de proteção de espécies da fauna, beleza cênica e isolamento.

A criação das unidades de conservação pós-década de 1980 apresenta narrativas que sinalizam critérios para além de elementos biofísicos, delimitando certa mudança de visão no procedi-

mento de criação, mais como percepção de processo histórico, não significando, entretanto, quebra de paradigma quanto à visão ainda dominante de natureza selvagem.

A história da conservação da natureza no Amapá demonstra que os primeiros passos permitiram a instituição de espaços representativos de ecossistemas da região e que existem possibilidades de promover uma gestão conciliatória das unidades de conservação com o desenvolvimento. Para alguns autores, as dificuldades residem no fato da gestão das unidades de conservação ainda ser algo recente para as instituições (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2012).

As unidades de conservação, de um modo geral, continuam inspirando uma rede de atores e instituições, como consta no documento final no *World Park Congress 2014*, realizado em Sydney, Austrália. Em destaque: (i) as áreas protegidas são, de longe, o melhor investimento que o mundo pode fazer para conciliar os desafios do desenvolvimento; (ii) espera-se que, em todo o mundo, as pessoas possam se tornar defensoras das áreas protegidas, quando estas forem adequadamente abertas ao uso público (IUCN, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da representatividade espacial das unidades de conservação, o estado do Amapá se confunde com uma grande área protegida e, como tal, resente-se de políticas públicas integradas à conservação.

O problema, entretanto, reside na ausência de cultura de planejamento no País que considere as unidades de conservação como um dos elementos básicos da construção da identidade e do nacionalismo brasileiro, como acontece em vários países com relação principalmente aos Parques Nacionais.

Nas entrevistas realizadas percebeu-se que o uso sustentável dos recursos é algo possível nas unidades de conservação e que existem instrumentos normativos que aproximam as instituições do desafio de fazê-lo. Entretanto, é notória a percepção de descaso dos governos em garantir políticas públicas para as unidades de conservação para além do preservacionismo forçado pelos instrumentos de comando e controle, principalmente a fiscalização ostensiva de resultados questionáveis.

O Amapá, diante das suas características naturais, apresentou-se apto para testar outro modelo de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade, logo inviabilizado pelo acúmulo de problemas do tempo cronológico de uma “sociedade pobre e natureza rica”, semântica usada para chamar atenção do subdesenvolvimento das regiões ricas em recursos naturais.

Pelos depoimentos colhidos sobre a história da conservação no Amapá, a criação de unidades de conservação significa uma espécie de “orgulho profissional” e que, para além de qualquer uso possível ao longo do tempo cronológico, essas áreas devem contribuir para repensar o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta e de sua própria existência intra e intergeracional.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Convênio No 10/77-CJ. Convênio celebrado entre IBDF e Governo do Território Federal do Amapá para controle e fiscalização da fauna e flora, 1977.

ARAÚJO, M. A. R. Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: DEGRAC, 2007.

BRASIL, DNPM. Projeto Radam. Folha NA/NB. 22 – Macapá: geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1974.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2000.

_____. Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12431.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CAPOBIANCO, J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I.; PINTO, L. P. (orgs.). Biodiversidade na amazônia brasileira – avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação da Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CAVALCANTE, A. M. C. Alcione Maria Carvalho Cavalcante. Entrevista realizada em 02 de setembro de 2014, na sede da Prodemac/Ministério Público do Amapá. Entrevistador: Marco Antônio Chagas.

CHAGAS, M. A. Tumucumaque: o “Big Park” e a história do conservacionismo no Amapá. Rio de Janeiro: Tai Editora, 2008.

COUTINHO, S. da C.; PIRES, M. J. P. Jari: um banco genético para o futuro. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1997.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A. P. O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. C.; BRITO, D. M. C. Atlas das unidades de conservação do estado do Amapá. Macapá: MMA/Ibama-AP, GEA/SEMA, 2008.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. de. An assessment of Brazilian conservation units – a second look. Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, p. 53-83, jun. 2012.

FARIAS, A. C. da S. Antônio Carlos da Silva Farias. Entrevista realizada em 02 de setembro de 2014, na residência do entrevistado. Entrevistador: Marco Antônio Chagas.

FILOCREÃO, A. S. A história do agroextrativismo na amazônia amapaense. Macapá: UNIFAP, 2014.

FRIKEL, P. Dez anos de aculturação Tiryó (1960-70). Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas no 16. Belém. 1971.

GALLOIS, D. T., GRUPIONI, D. F. Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2003.

GALLOIS, D. T. Terra indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial. São Paulo: Iepé, 2011.

IUCN. Guidelines for applying protected area management categories - 2008. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. World Parks Congress. The promise of Sydney. Disponível em: <<http://worldparkscongress.org/>>. Acesso em: 04 de mar. 2015.

LACOMBE, F. Mineração no Brasil: Augusto Antunes, o homem que realizava. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2006.

MAGNANINI, A. As regiões naturais do Amapá. Revista Brasileira de Geografia, no 3, Julho-Setembro 1952.

MAZUREK, R. R. de S. (Org.). Programa de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Oiapoque. Belém: The Nature Conservancy, 2013.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Revista Ambiente & Sociedade, V. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

NOGUEIRA NETO, P. Encontro sobre áreas naturais preservadas da região Neo-Tropical. Brasília: Ministério do Interior. Secretaria Especial do Meio Ambiente, 1980.

ONAGA, C. A.; DRUMOND, M. A. Efetividade de gestão das unidades de conservação no estado do Amapá. WWF–Brasil, SEMA–AP, IEF–AP, ICMBio: Brasília: WWF–Brasil, 2009.

PORTAL, R. da R. Rubens da Rocha Portal. Entrevista realizada em 04 de setembro de 2014, na sede do Ibama/AP. Entrevistador: Marco Antônio Chagas.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, L. A. dos. Laércio Aires dos Santos. Entrevista realizada em 02 de abril de 2015, na sede do CREA/AP. Entrevistador: Marco Antônio Chagas.

TRINDADE, J. S. B. “No tempo das águas cheias” – memória e história dos negros do Curiaú–AP. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

VELTHEM, L. H. van. O parque indígena de Tumucumaque. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série: Antropologia, Belém (76) 1-31, out. 1980.